



Notícias da Justiça e do Direito nos jornais desta quarta-feira

08/10/2014

Após o Conselho Nacional de Justiça ter aprovado a regulamentação de auxílio-moradia a todos os magistrados do país, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) reconheceu o direito ao mesmo benefício aos promotores brasileiros. Assim, tanto juízes como representantes do MP receberão o benefício no valor máximo previsto, de R\$ 4.377,73. "A decisão firma um fato histórico que é o reconhecimento de mão dupla da simetria constitucional assegurada entre Judiciário e Ministério Público brasileiro", disse o procurador-geral da República, Rodrigo Janot. As informações são do jornal **O Estado de S. Paulo**.

Cálculo da Cofins

Após mais de 15 anos, o Supremo Tribunal Federal poderá finalizar a análise do caso que definirá se o ICMS compõe a base de cálculo da Cofins. O recurso extraordinário da Auto Americano Distribuidor de Peças está na pauta desta quarta-feira (8/10) da Corte. Mas seu julgamento só será concluído se os ministros entenderem que o processo pode ser analisado antes da ação proposta pela Advocacia-Geral da União (AGU) sobre o mesmo assunto. De acordo com dados da AGU apresentados ao Supremo, uma decisão favorável aos contribuintes na ação causaria impacto anual de R\$ 12 bilhões aos cofres públicos. Já o relatório "Riscos Fiscais", da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2015, estima que só o impacto entre os anos de 2003 e 2008 alcançaria R\$ 89,4 bilhões. As informações são do jornal **Valor Econômico**.

Recursos repetitivos

O Tribunal Superior do Trabalho está preparado para julgar recursos repetitivos. Em sessão ocorrida na segunda-feira (6/10), o Órgão Especial da Corte aprovou regulamentação para uso da ferramenta. A principal novidade é que os temas levados à Subseção I Especializada em Dissídios Individuais (SBDI-1) poderão ficar sobrestados somente por um ano. Se o prazo de julgamento não for cumprido, os demais processos poderão voltar a ser analisados pela Justiça do Trabalho. As informações são do jornal **Valor Econômico**.

Lava jato

Depois de delatar políticos e empreiteiras por desvios de dinheiro na Petrobras, o ex-diretor de Abastecimento da estatal Paulo Roberto Costa voltará a prestar depoimento nesta quarta-feira (8/10) sobre o assunto. A partir das 14h, Costa será interrogado em Curitiba pelo juiz Sérgio Moro, da 13ª Vara da Justiça Federal. Costa está em prisão domiciliar no Rio de Janeiro desde a semana passada, e vai viajar hoje para o Paraná escoltado por policiais federais. Na série de quase cem depoimentos que prestou depois de fazer acordo de delação premiada, Costa apontou o envolvimento de mais de 30 políticos e de grandes empreiteiras com desvios de verbas da Petrobras. Ele deverá ser interrogado sobre vários contratos, especialmente sobre a construção da refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco. As informações são do jornal **O Globo**.

Acesso ao conteúdo

A Petrobrás entrou com novo pedido para ter acesso ao conteúdo da delação premiada do ex-diretor de abastecimento da estatal Paulo Roberto Costa. O pedido foi apresentado na última semana e ainda não foi apreciado pelo juiz Sérgio Moro, responsável pelas ações ligadas à Operação Lava Jato. As informações são do jornal **O Estado de S. Paulo**.

Isenção de imposto

O Ministério da Fazenda autorizou, por meio da Portaria 428, que as empresas deixem de pagar PIS, Cofins, Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e CSLL sobre os valores restituídos aos exportadores pelo Novo Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra), reaberto neste ano. Porém, segundo a Receita Federal, em relação aos valores a receber pelo antigo Reintegra, criado pela Lei 12.546/2011, ainda há a incidência do IRPJ e CSLL. O programa vigorou até 2013 e ainda há valores a serem recebidos pelas empresas. As informações são do jornal **Valor Econômico**.



Liberdade de expressão

A rede social Twitter entrou nesta terça (7/10) com um processo judicial contra o governo dos EUA. A companhia quer divulgar informações mais precisas sobre as solicitações que recebe das agências de segurança do país a respeito de dados de seus usuários. Ben Lee, vice-presidente do Twitter, disse que, ao impedir a companhia de revelar os pedidos de informações que recebe do governo, o Departamento de Justiça e o FBI ferem a Primeira Emenda da Constituição, que trata da liberdade de expressão. As informações são do jornal **O Estado de S.Paulo**.

Atos secretos

O juiz Jamil Rosa, da 14ª Vara Federal do Rio de Janeiro, condenou o vice-presidente da Câmara Legislativa, Agaciel Maia (PTC), por esconder a contratação de funcionários e outros atos administrativos no Senado entre 1995 e 2009, o caso que ficou conhecido como escândalo dos atos secretos. Ex-diretor-geral do Senado, Agaciel foi condenado a perda dos direitos políticos por oito anos e pagamento de multa equivalente a dez vezes o último salário que recebeu como diretor do Senado. Agaciel foi reeleito deputado distrital no domingo. Também foram condenados na mesma ação João Carlos Zoghbi e Franklin Albuquerque Paes Landim, por ajudarem Agaciel na ocultação de atos. As informações são do jornal **O Globo**.

Nada consta

Motoristas que tiveram carros rebocados no Rio criticaram a mudança das regras pela prefeitura. Agora, é preciso pagar multas e IPVA em atraso para retirar os veículos. Advogados afirmaram que a medida é arbitrária, ao ferir o direito de defesa dos motoristas. A revogação do decreto municipal que permitia a proprietários de veículos rebocados retirá-los de depósitos apenas com o pagamento das taxas de remoção e diárias vem gerando uma enxurrada de críticas. As informações são do jornal **O Globo**.

Recondução negada

O desembargador Vicente de Oliveira Silva, da 10ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, negou o pedido para que o presidente da Usiminas, Julián Eguren, e mais dois diretores, Marcelo Chara e Paolo Bassetti, afastados na última reunião do Conselho de Administração da empresa, sejam reconduzidos aos seus cargos, anulando a decisão do conselho. A decisão do desembargador é uma vitória dos japoneses da Nippon Steel na queda de braço com seus sócios ítalo-argentinos da Ternium. Os três afastados haviam sido indicados pela Ternium. As informações são do jornal **O Globo**.

Multa anulada

A Justiça Eleitoral do Paraná considerou que o Instituto Datafolha não descumpriu decisão a respeito de acesso a dados de pesquisa de opinião sobre a disputa eleitoral no estado e, por isso, revogou multa de R\$ 10.641 aplicada ao instituto no dia 22 de setembro. A punição havia sido imposta após pedido da coligação do candidato derrotado ao governo do Paraná Roberto Requião (PMDB). A coligação acusou o instituto de não ter enviado informações sobre pesquisa divulgada no dia 11 de setembro, conforme decidido pelo juiz auxiliar Guido José Döbeli, e a multa foi aplicada. As informações são do jornal **Folha de S.Paulo**.

Prisão de candidato

A Polícia Militar faz buscas para localizar o coronel da reserva Marcos Antônio Brito, candidato ao Senado pelo PEN-AL, suspeito de agredir uma mulher no local de votação com um tapa no rosto no domingo (5/10). A agressão, em uma escola de Maceió, foi gravada, e o vídeo circula por redes sociais. O juiz eleitoral Geraldo Amorim determinou a prisão do candidato, conhecido como Coronel Brito. As informações são do jornal **Folha de S.Paulo**.

OPINIÃO

Sem justificativa

“Os juízes reclamam não receber gratificações como adicional noturno, FGTS ou qualquer tipo de gratificação por desempenho para justificar o auxílio-moradia. A julgar pela performance sofrível constatada pelo *Justiça em Números*, não seria justo recebê-las”. A conclusão é do jornal **Valor Econômico**. Em editorial, o jornal aponta dados que mostram que, apesar do aumento da estrutura pessoal e orçamentária, a demanda processual não reduziu. De acordo com o jornal, a produtividade por magistrado caiu 1,7% entre 2012 e 2013, passando de 1.712 para 1.684 processos baixados.